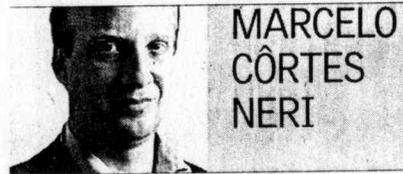


## "O Brasil criará cerca de 2 milhões de empregos em 2001."

Francisco Dornelles, ministro do Trabalho, sobre a recuperação do mercado de trabalho no país e o provável panorama para o próximo ano, ontem, em palestra no RJ

# Diferentes histórias em diferentes cidades



MARCELO  
CÔRTE  
NERI

**S**e buscássemos sintetizar o dia-a-dia do debate social brasileiro atual numa única variável, essa variável seria, sem dúvida, a taxa de desemprego metropolitana. A questão é como melhorar o monitoramento das condições de vida da nossa população. Esse é o requisito necessário para que se possa traçar um sistema de metas sociais operativas.

Em primeiro lugar, o uso de indicadores em nível nacional, bem como a análise de sua diversidade geográfica. Em segundo, o aumento da velocidade de difusão da informação, tal como a observada com os dados da Pnad promovida pelo IBGE. Finalmente, a utilização de indicadores sociais abrangentes.

Privilegio aqui, a análise de medidas de bem-estar social baseadas em renda familiar per capita. Isso é, a soma da ren-

### Renda e pobreza por tamanho de cidade

Renda per capita e proporção de pobres

	Renda per capita		Proporção de pobres**	
	1999 (R\$)	99/96 a.a.*	1999 (%)	99/96 a.a.*
Total	230	-1,37	29,8	-0,57
Capitais metropolitanas	376	-3,19	15,4	4,58
Periferias	223	-3,22	18,7	1,62
Urbana grande	302	-0,52	17,4	1,07
Urbana média	227	-0,81	25,5	-3,53
Urbana pequena	154	0,74	38,9	-1,32
Rural	102	1,55	56,6	-1,25

Fonte: Microdados Pnad - IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV. \* Taxa de variação anual em %. \*\* Linha de pobreza: R\$ 76 ao mês por pessoa

da de todos familiares dividida pelo tamanho da família. O conceito resume uma série de fatores operantes sobre os membros da família, tais como: 1) Níveis de ocupação e de rendimento, auferidos de maneira formal ou informal; 2) Fontes alternativas ao trabalho, incluindo benefícios previdenciários, seguro-desemprego etc. Esses dados permitem avaliar efeitos de políticas públicas.

Segundo a Pnad, durante o período marcado por crises externas entre outubro de 1996 e outubro de 1999, a taxa de

variação anualizada da renda domiciliar per capita nacional foi -1,37% a.a..

A tabela propicia uma análise detalhada do desempenho social por seis categorias de tamanho de cidade: área rural (até 20 mil habitantes); urbana pequena (20 a 50 mil habitantes); urbana média (de 50 a 200 mil habitantes) e urbana grande (mais de 200 mil habitantes até metrópole) e a área metropolitana, subdividida em capital e periferia.

A dispersão espacial do crescimento pode ser resumida em três níveis: 1)

Queda acentuada nas periferias e capitais metropolitanas; 2) Quedas intermediárias nas cidades intermediárias (i.e., grandes e médias); e 3) Crescimento nas cidades pequenas e áreas rurais. Ou seja, observamos um processo convergente onde as regiões mais pobres, menos densamente povoadas, apresentaram maiores taxas de crescimento.

### No período de 1996 a 1999, a piora foi nos grandes centros urbanos; perdeu quem tinha mais e não quem tinha menos

A análise centrada na cauda inferior, através da proporção de pobres, revela uma taxa de variação da pobreza agregada de -0,57% a.a., entre 1996 e 99. Observa-se, também neste caso, alta heterogeneidade das mudanças: 1) Aumento nas localidades com mais de 200 mil habitantes, em particular nas capitais metropolitanas; 2) Queda nas demais localidades, em particular nas cidades mé-

dias. Esse último grupo abriga cerca de 63% dos pobres brasileiros.

Ou seja, a renda total do conjunto de pobres brasileiros foi preservada. A renda de fontes alternativas ao trabalho que inclui o Estado de bem-estar brasileiro apresentou crescimento de 4,4% a.a. em nível nacional e 6,2% a.a. no conjunto de áreas não-metropolitanas.

Em suma, o acompanhamento de pesquisas mensais, como a PME do IBGE e a PED do Seade, revela deterioração das condições sociais nas áreas metropolitanas. E esses são, na verdade, os indicadores líderes, os que correm na frente. Em 1997, já se observava essa piora e está claro nas pesquisas. A surpresa é ver que isso não está evidente em indicadores sociais mais amplos, calculados a partir da Pnad do IBGE. No período 1996-99, a piora foi nos grandes centros urbanos. Perdeu quem tinha mais e não quem tinha menos.

**Marcelo Côrtes Neri**, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente, às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br